



RELATÓRIO INFRAESTRUTURA



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

DESTAQUES DO MÊS

Eleições vão dificultar avanço da infraestrutura em 2018



As eleições de 2018 vão dificultar investimentos em infraestrutura no próximo ano, disse o Presidente do BNDES, Paulo Rabello de Castro, em evento da Amcham-Brasil (Câmara Americana de Comércio). Rabello diz que se vê alguma retomada, mas por ser um ano eleitoral vai ser mais difícil, eis que vários entes públicos, a partir de abril, ficam limitados para pedir financiamento. O setor respondeu pela maior fatia dos desembolsos do Banco – cerca de 30% – entre 2015 e 2017. O volume de recursos emprestados pelo BNDES caiu 20% no acumulado deste ano até outubro,

o que, em valores corrigidos, representa o nível mais baixo para o período desde 2003. O principal motivo, diz ele, é a baixa demanda por projetos no País. A indústria de base tampouco vê uma retomada de investimentos em infraestrutura em 2018, afirmou o Presidente da Abdib (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base), Venilton Tadini, que também falou no evento. O Executivo defende que essa recuperação ocorrerá apenas com uma retomada de aportes públicos. “As PPPs aumentaram, mas não o suficiente para substituir o investimento público. Existe um limite para a participação de recursos privados na infraestrutura, a iniciativa privada não vai entrar onde não tiver retorno”, disse ele. Para Tadini, ao menos 50% dos aportes no setor precisam vir do Governo. Até 2014, essa fatia era de cerca de 60% e, neste ano, estão em aproximadamente 35%. (Baseado em Folha de S. Paulo – 06.12.2017).

PAINEL

ANATEL abre Consulta Pública da Proposta de Novo Regulamento de Qualidade dos Serviços de Telecomunicações - RQUAL

ANATEL abre Audiência Pública para obter comentários e sugestões do público geral, de acordo com o constante dos autos do Processo nº 53500.006207/2015-16, à proposta do Regulamento de Qualidade dos Serviços de Telecomunicações - RQUAL. Os interessados podem enviar contribuições até o dia 08 de janeiro de 2017.

Saiba mais: www.anatel.gov.br

Produção de petróleo cresce no País e impulsiona exportação

A produção brasileira de petróleo deve alcançar a média de 2,7 milhões de barris diários em 2017, de acordo com estimativas da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). O volume é quase 200 mil barris diários superior ao alcançado no ano passado, de 2,505 milhões de barris diários, em média, segundo números divulgados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O Diretor de Estudos do Petróleo, Gás e Biocombustíveis da EPE, José Mauro Coelho, destacou que, como previsto no Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2017-2026, a produção brasileira

de petróleo deve chegar a aproximadamente 5,2 milhões de barris diários ao fim do período. “O Brasil passará a ser um grande produtor de petróleo, mas passará a ter uma importância maior ainda como exportador. Porque, se entendermos que o parque de refino [do Brasil] hoje processa algo em torno de 2,5 milhões de barris diários e não vemos grande expansão no parque de refino no horizonte decenal, só a entrada da segunda linha de produção da Rnest [Refinaria do Nordeste, em Pernambuco], em 2023, vamos estar exportando quase 3 mil barris diários”. *(Baseado em Valor Econômico – 06.12.2017).*



Câmara conclui votação de MP que prevê incentivos tributários para empresas do setor de petróleo

A Câmara dos Deputados concluiu na madrugada desta quarta-feira (6/12) a votação da Medida Provisória que prevê incentivos tributários para as empresas que atuam no setor de petróleo, como a suspensão do pagamento de alguns tributos até 2040. O texto-base da MP do Repetro já havia sido aprovado na última semana de novembro, mas os parlamentares precisavam analisar os destaques para concluir a votação. Todos foram rejeitados, e agora o Projeto seguirá para análise do Senado. A MP é considerada prioritária pelo Governo porque beneficia diretamente as empresas que atuam na exploração e

produção de petróleo, incluindo as que participaram em outubro do leilão de áreas do pré-sal. Durante a análise da Medida Provisória no plenário, o ponto que mais gerou polêmica entre os parlamentares tinha relação com a proteção do mercado interno. Um dos destaques analisados nesta quarta-feira tinha o objetivo de estender a suspensão de tributos aos bens adquiridos no mercado interno. Outra proposta tentava restringir o regime especial de importação somente aos bens com similar nacional. Os dois destaques foram rejeitados. *(Baseado em O Globo – 06.12.2017).*



Chuva ajuda geração elétrica, mas alerta persiste

A ocorrência de um volume de chuvas acima do esperado nas últimas semanas de novembro animou as autoridades e as empresas do setor elétrico, com perspectivas de melhoras no cenário climático e nas condições de operação do sistema, às vésperas dos meses mais chuvosos. Mas ainda há preocupação com relação ao baixo nível dos reservatórios hidrelétricos e receio sobre a intensidade do próximo período úmido, o que pode demandar a operação de uma quantidade maior de termelétricas. É diante desse quadro que o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), que reúne as principais autoridades do setor de energia do País, realizou no dia 6 de dezembro sua reunião ordinária mensal. Conclui-se que, apesar da melhora das condições de operação do sistema, os integrantes da cúpula energética do Governo Temer ainda estão cautelosos. O entendimento é que a situação melhorou, mas ainda é necessária a ocorrência de chuvas mais intensas para recuperar os reservatórios, no período úmido, até abril. *(Baseado em Valor Econômico – 06.12.2017).*

Consultoria contratada por Infraero recomenda privatização da Estatal

Estudo da Consultoria Internacional Roland Berger, contratada para avaliar a Infraero, recomenda uma “privatização gradual” da Estatal. A proposta é que sócios privados assumam de 30% a 40% da Infraero e ampliem gradativamente a sua fatia. A sugestão toma como exemplo o modelo de concessão da Aena (Aeroportos Espanhóis e Navegação Aérea), criada em 1991, durante reestruturação do setor na Espanha. Foi o estudo da mesma Roland Berger que concluiu a inviabilidade financeira do investimento da Infraero no Galeão. Porém, a Consultoria recomenda que a União assuma a capitalização, pois ela terá retorno. Em 30 anos, o Estado receberia, em outorga e impostos, mais de R\$ 16 bilhões em valores de hoje. A Aena foi concedida à iniciativa privada em 2015. O Governo aprovou a entrada de 49% de capital privado. Suas ações subiram mais de 20% só no primeiro dia. Os papéis, que foram vendidos por 58 Euros, hoje são negociados por quase o triplo: 160 Euros. *(Baseado em Folha de S. Paulo – 06.11.2017).*

Rede de gasoduto do Nordeste atrai investidores

Com os sinais de melhora da economia brasileira, investidores estrangeiros estão fazendo forte movimentação para formar consórcios e disputar a aquisição dos 90% da Nova Transportadora do Nordeste (NTN), uma malha de três mil quilômetros de gasodutos que faz o transporte e a armazenagem de gás natural. A venda da NTN só deverá

ser concluída no primeiro semestre de 2018 e faz parte do programa de venda de ativos da Petrobras, que prevê arrecadar US\$ 21 bilhões entre 2017 e 2018. Para consultores, a venda dos gasodutos da Petrobras para o setor privado é importante para o surgimento de um mercado de gás competitivo no País. *(Baseado em O Globo – 06.12.2017).*

Leilões devem ampliar fatia de eólica e solar na geração no País

Diante de períodos cada vez mais prolongados de chuvas abaixo da média, que prejudicam a geração hidrelétrica, os próximos leilões de energia devem confirmar a aposta do Brasil em fontes alternativas, como a eólica e a solar, em linha com a tendência global. Os leilões A-4 e A-6, previstos para os dias 18 e 20 de dezembro respectivamente, e que têm contratação de energia em quatro e seis anos, contam com mais de 50% dos empreendimentos cadastrados voltados para energia eólica. “A organização de certames periódicos, como os de dezembro deste ano e em março [de 2018], traz

uma perspectiva positiva, de virada do mercado, principalmente após a parada de 2016, quando não tivemos leilões pela desaceleração econômica”, diz a Presidente Executiva da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), Elbia Gannoum. Segundo ela, a expectativa é de que a matriz eólica tenha potencial para se consolidar, em cerca de cinco anos, como a segunda principal fonte. Outra fonte que deverá ganhar espaço é a fotovoltaica, que capta energia solar. Para o leilão A-4, serão quase 40% da oferta a partir dessa fonte. *(Baseado em GS Notícias – 05.12.2017).*

1. ENERGIA ELÉTRICA

1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

**Previsão para Entrada em Operação (em MW)
de 15 de novembro de 2017 até 31 de dezembro de 2021**

Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2017	2018	2019	2020	2021	Σ
Conservador	0	3.472	3.203	1.833	0	8.508
Otimista	0	3.472	3.235	1.833	214	8.754
Usinas Termelétricas (UTE)*						
Cenário	2017	2018	2019	2020	2021	Σ
Conservador	6	151	345	1.544	0	2.046
Otimista	6	190	355	1.823	6	2.379
Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa e Eólica (F.A.)						
Cenário	2017	2018	2019	2020	2021	Σ
Conservador	325	1.555	804	47	0	2.730
Otimista	325	2.078	1.706	1.728	428	6.265
Somatório de UHE, UTE, F.A.						
Cenário	2017	2018	2019	2020	2021	Σ
Conservador	330	5.178	4.351	3.424	0	13.284
Otimista	330	5.740	5.296	5.385	647	17.398

Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)

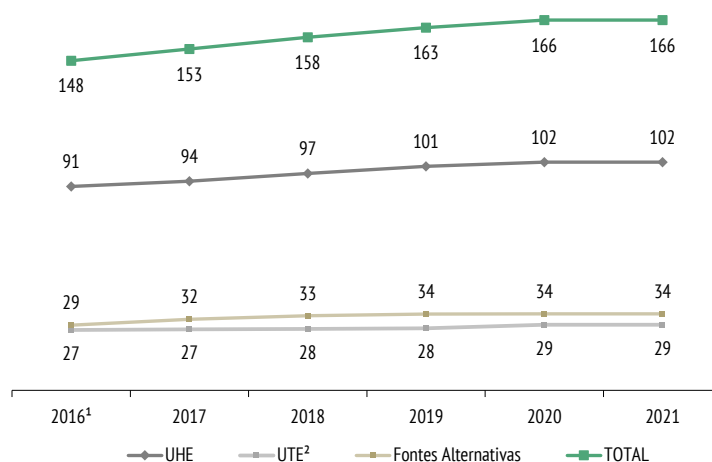
Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação.

Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, aumento de 2,1% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 15 de novembro de 2017 e 31 de dezembro de 2021.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de aproximadamente 17,4 mil MW no período 2017-2021. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 2,8% ao ano.

**Previsão da Capacidade Instalada* (GW) e Oferta de Energia Firme (GW médio)
Cenário Conservador**



Fonte:
Elaboração própria com dados da Aneel.

Notas:

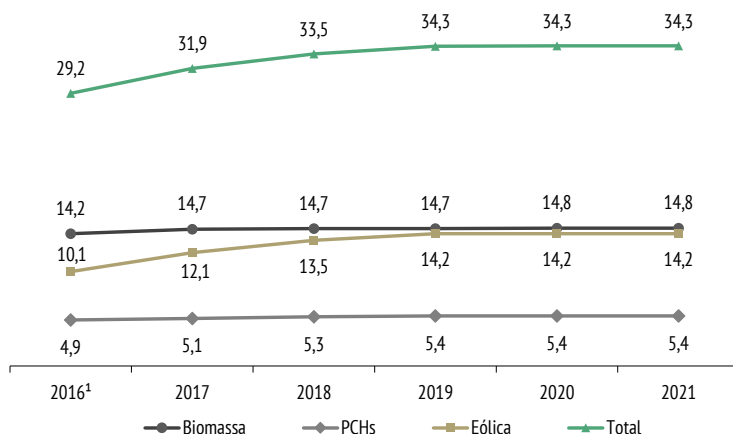
¹ Capacidade Instalada em 31/12/2016.

² UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.

³ PCHs, UTEs movidas a biomassa e eólicas.

* Excluídas as Centrais Nucleares.

**Previsão da Capacidade Instalada - Fontes Alternativas (GW)
Cenário Conservador**



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.
¹ Capacidade Instalada em 31/12/2016.

A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2017, é superior à estimativa de crescimento do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 3,59% e 0,7%.

Entre 2017 e 2021, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 11,8% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas (UHEs). O crescimento da geração térmica (UTEs), também no cenário conservador, deve ser de 8,7% no mesmo período. Em dezembro de 2016, a participação das UHEs foi de 62% na matriz elétrica nacional e deve permanecer no mesmo patamar até 2021. A participação na capacidade total instalada das UTEs deve se manter em 18% até 2021.

A participação das usinas térmicas a biomassa deve passar de 10% para 9% e a participação das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve se manter em 3% até 2021. A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas (EOL) na capacidade total instalada, em 2021, passará de 7% para 9%.

1.1.1. Geração Hidrelétrica e Termelétrica

A previsão otimista prevê a entrada em operação de 8,7 mil MW de UHEs até 2021 e a previsão conservadora prevê uma entrada de 8,5 mil MW para o mesmo período. Em outras palavras, cerca de 97% da potência prevista não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

Em relação às termelétricas, prevê-se a entrada em operação no cenário otimista de 2,4 mil MW até 2021. Cerca de 86% dos empreendimentos não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

1.1.2. Geração a partir de Fontes Alternativas

No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 304 MW de potência adicional até 2021. Já no cenário otimista, até 2021, devem entrar em operação um total de 1,4 mil MW.

As usinas à biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 96 MW até 2021. No cenário otimista, a contribuição adicional total dessa fonte pode chegar a 762 MW para o mesmo período.

Apesar da alta capacidade prevista para entrada em operação de eólicas no cenário otimista de 4,1 mil MW, apenas 57% da potência (2,3 mil MW) não apresenta restrições para entrada em operação até 2021.

O movimento de placas tectônicas favorece o surgimento de gradientes de temperatura na crosta terrestre, eis que fraturas em terrenos rochosos possibilitam a infiltração da água de superfície, que voltam aquecidas e formam fontes termais. Por vezes a água fica retida em reservatórios geotérmicos. Pode-se então utilizar a fonte térmica tanto em uso direto quanto na geração de energia elétrica. Teria o Aquífero Guarani relevância nesse caso? Esse sistema é o maior manancial mundial de água doce subterrânea entre fronteiras. Espalha-se no Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, estendendo-se por 1,2 milhões km², dos quais cerca de 70% se acham no Brasil.

Como foi registrado no XII Congresso Brasileiro de Águas Subterrâneas, os poços profundos perfurados no Aquífero possibilitam a captação média de 500 m³ horários de água por poço. As temperaturas mais elevadas chegam a 70° C. Dessa ótica, dadas as baixas temperaturas da reserva, seria afastada a possibilidade local de geração geotérmica de energia elétrica. A aplicação energética por excelência seria o aproveitamento do calor, inclusive em processos de preaquecimento industrial. Os benefícios ambientais dessa exploração são inquestionáveis. De todo modo, a referida quantidade explorável de energia corresponderia ao deslocamento de grandes aportes de geração convencional de eletricidade.

Por outro lado, em tese apresentada à Coordenação de Pós-Graduação do Observatório Nacional - MCT, sustenta-se que há recursos recuperáveis a temperaturas superiores a 100° C em profundidades ao redor de 5 km. Torna-se assim viável o futuro emprego desses

recursos geotérmicos para geração de eletricidade. Tal possibilidade ocorreria em especial na área central da Bacia do Paraná. Comenta que os recursos de energia geotérmica explorados no País cifram 362 Mega Watt Termal, achando-se o Brasil na 14ª posição no ranking dos países que se valem do uso direto dessa fonte. O potencial para aproveitamento direto, aduz, é relevante na mencionada Bacia.

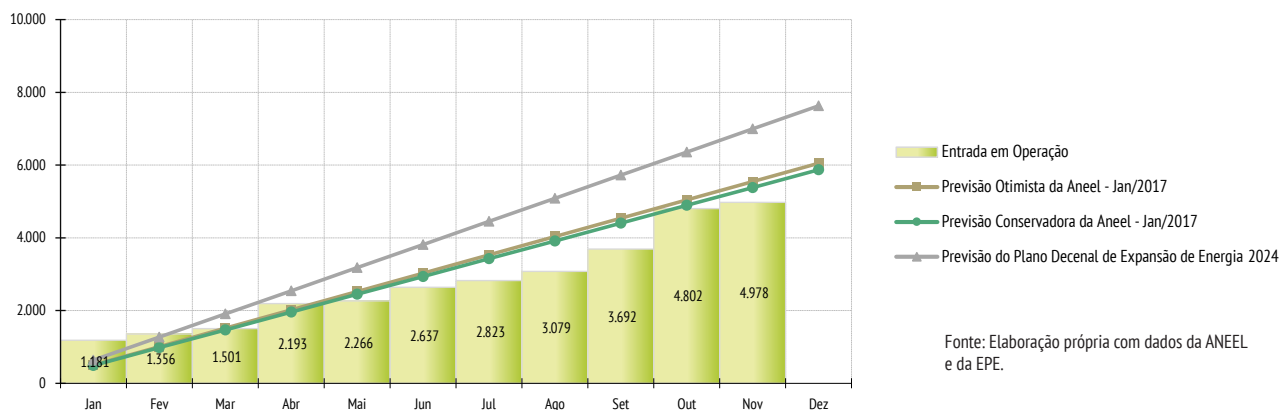
Assim detalha o estudo: o recurso base geotermal da Bacia do Paraná é estimado em 8 x 10²³ J. A fração recuperável desse volume está associada a dois sistemas de aquíferos confinados: Guarani e Furnas - Ponta Grossa. O aquífero Guarani é do tipo baixa entalpia. Encontra-se em profundidades de 1 a 3 km. O segundo é do tipo média entalpia e ocorre em profundidades de 3 a 5 km na parte central da Bacia. As condições climáticas e sócio econômicas da Região favorecem a exploração desse recurso. A fração de baixa entalpia para balneários e processos agro industriais. A outra, sendo de média entalpia, poderia vir a ser utilizada para geração de energia elétrica por meio de tecnologias a desenvolver. Em outras palavras, o potencial da Bacia para fins térmicos é significativo. Já a perspectiva de geração de energia elétrica é promissora no longo prazo.

Como se descortina o panorama mundial da geotermia? Segundo a Annual U.S. & Global Geothermal Power Production Report, publicada em 2016 pela Geothermal Energy Association, a capacidade global instalada nessa *filère* monta a 13,3 GW, distribuída em 24 países. Cerca de 12,5 GW acham-se em construção em 82 países. Prevê-se que a capacidade geotérmica global atingirá 18,4 GW em 2021 e 32 GW em 2030.

11.3. Expansão da Capacidade de Geração

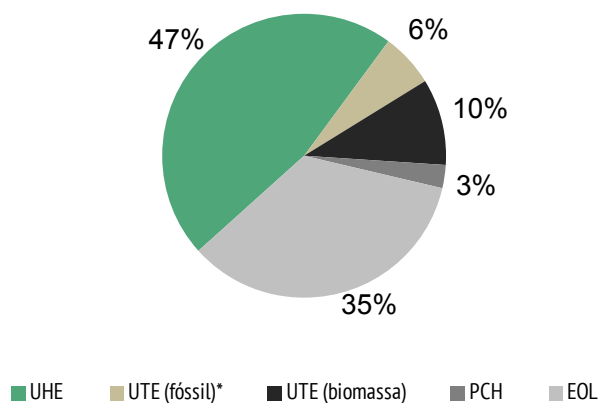
O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

Expansão da Capacidade de Geração em 2017 (MW) De 1º de janeiro a 15 de novembro



Em 2017, até 15 de novembro, entraram em operação 4.978 MW. Desse total, as UHEs representaram 47% da potência total que entrou em operação totalizando 2.328,5 MW. As EOLs representaram 35%, totalizando 1.725,7 MW. As UTEs fósseis representou 6% (302,9 MW), as PCHs apenas 3% (130,6 MW), enquanto a biomassa representou 10% (490,2 MW) da potência total instalada.

Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (%) De 1º de janeiro a 15 de novembro de 2017



1.2. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em outubro de 2017, 39.130 GWh, apresentando valor 3% superior ao observado em outubro de 2016.

O consumo industrial de energia elétrica foi de 14.164 GWh, valor 3% superior ao observado no mesmo mês de 2016. O consumo industrial de energia elétrica representou 36% do total de energia elétrica consumida em outubro de 2017.

Apesar da ociosidade elevada do parque produtivo em outubro (cerca de 26% de acordo com a FGV), alguns indicadores da indústria ajudaram a explicar a melhora na conjuntura na comparação com 2016, tais como a criação de 33,2 mil vagas de emprego formal na indústria da transformação no mês (CAGED/ MTE), a alta de 17% na demanda por crédito das indústrias (SERASA EXPERIAN) em outubro (primeiro avanço anual desde fev/17, apesar do indicador do acumulado do ano exibir retração de 4,1%), o progresso de 13,2% no quantum importado no período (MDIC), entre outros. Este quadro ajudou para o aumento da confiança da indústria no mês (ICI/FGV), que atingiu 95,4 pontos, maior patamar desde abr/14.

Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

Classe	Outubro 2016	Outubro 2017	Var. %	Jan-Out 2016	Jan-Out 2017	Var. %
Residencial	10.856	11.119	2	110.381	111.102	1
Industrial	13.810	14.164	3	136.634	137.667	1
Comercial	7.031	7.316	4	73.012	73.015	0
Outras	6.361	6.531	3	62.818	63.334	1
Total	38.058	39.130	3	382.845	385.118	1

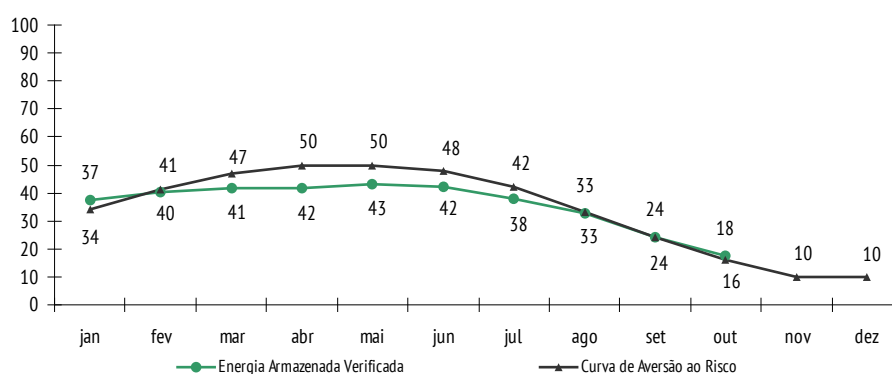
Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

1.3. Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada (ONS)

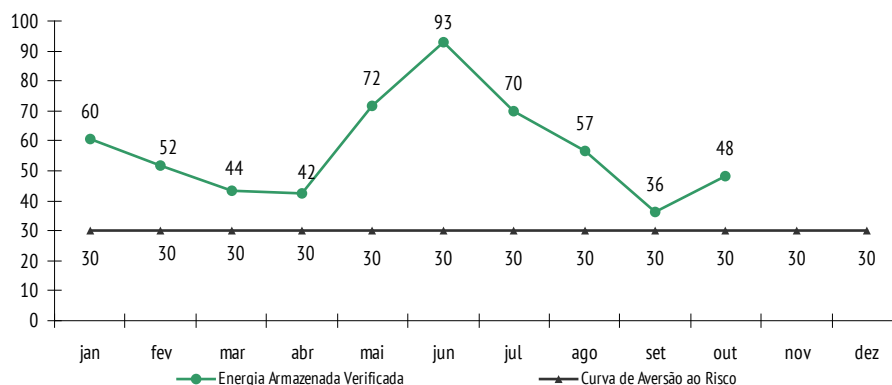
As Curvas de Aversão ao Risco (CAR) estabelecem níveis de energia armazenada, vale dizer, requisito mínimo de armazenagem de energia, em base mensal, adotados como referência de segurança para o atendimento do Sistema Interligado Nacional. Abstraído o intercâmbio inter regional de energia, para garantir o atendimento ao mercado e assegurar a capacidade de recuperação dos reservatórios, os níveis de armazenamento do reservatório equivalente de uma Região devem ser mantidos sempre acima dessa curva.

Em outubro de 2017, somente a região Sul apresentou alta em relação ao mês anterior. A região Nordeste apresentou a menor queda, de apenas três pontos, passando de 9% para 6%, enquanto a região Norte apresentou a maior queda, de 33% para 21%. As regiões Sudeste/Centro-Oeste e Sul apresentaram a energia armazenada acima da CAR (18% e 48%), enquanto Nordeste e Norte apresentaram a energia armazenada abaixo da CAR (6% e 21%) e mostram indícios de que a capacidade dos reservatórios pode não ser suficiente para atender a demanda no período de seca, deficiência que deve ser suprida por importações de energia dos outros subsistemas ou por acionamento de termelétricas.

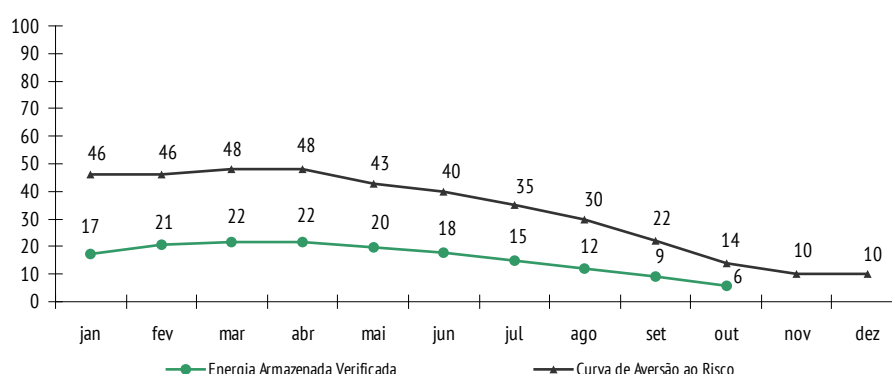
**Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2017
Sudeste e Centro-Oeste (%)**



**Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2017
Sul (%)**



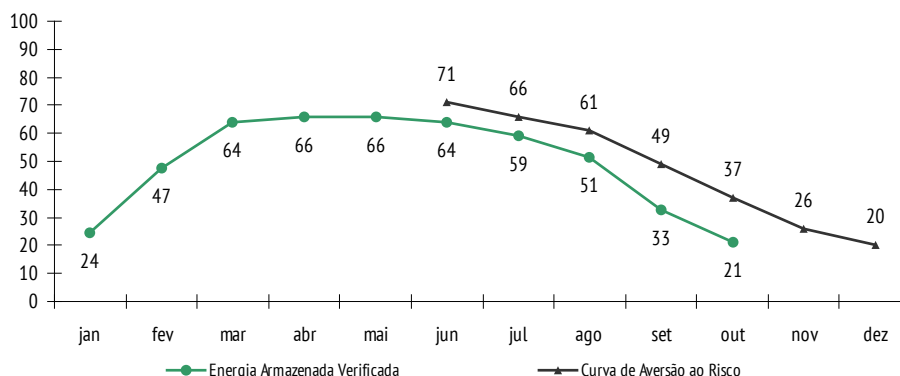
**Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2017
Nordeste (%)**



**Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2017
Norte* (%)**

Fonte: Elaboração própria com dados do ONS.

* A Curva Bianaual de Aversão a Risco proposta para a Região Norte considera a hipótese de ocorrência das afluições do pior ano do histórico de Tucuruí para o Subsistema Norte – 1963. Aplicação da curva limitada ao período junho-dezembro de cada ano.



1.4. Preço de Liquidação das Diferenças (CCEE)

O Preço de Liquidação das Diferenças - PLD é utilizado para valorar a compra e a venda de energia no mercado de curto prazo. O PLD é um valor determinado semanalmente para cada patamar de carga com base no custo marginal de operação, limitado por um preço máximo e mínimo vigentes para cada período de apuração e para cada submercado. Os intervalos de duração de cada patamar são determinados para cada mês de apuração pelo ONS e informados à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, para que sejam considerados no sistema de contabilização e liquidação. Em 2017, o PLD mínimo e máximo são, respectivamente, R\$ 33,68 e R\$ 533,82/MWh.

Na quarta semana de outubro de 2017, o PLD atingiu o valor de R\$ 533,82/MWh para todas as regiões para carga pesada, média e leve, valores iguais ao máximo determinado para 2017.

**Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh)
Semana 4 – Outubro 2017 (Período: 21/10/2017 a 27/10/2017)**

Carga	Sudeste/Centro-Oeste	Sul	Nordeste	Norte
Pesada	533,82	533,82	533,82	533,82
Média	533,82	533,82	533,82	533,82
Leve	533,82	533,82	533,82	533,82

Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE

O cálculo da média mensal do PLD por submercado considera os preços semanais por patamar de carga leve, média e pesada, ponderado pelo número de horas em cada patamar e em cada semana do mês, para todas as Regiões. No mês de outubro de 2017, todas as regiões apresentaram PLD médio de R\$ 533,82/MWh. Para todas as regiões, a média representou um aumento de 167%. Todos esses valores têm como base em relação o valor atingido no mesmo mês do ano anterior.

**Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh)
Mensal**

Região	Outubro	Outubro	Variação (%)
	2016	2017	
Sudeste/Centro-Oeste	200,21	533,82	167
Sul	200,21	533,82	167
Nordeste	200,21	533,82	167
Norte	200,21	533,82	167

Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE

2. PETRÓLEO

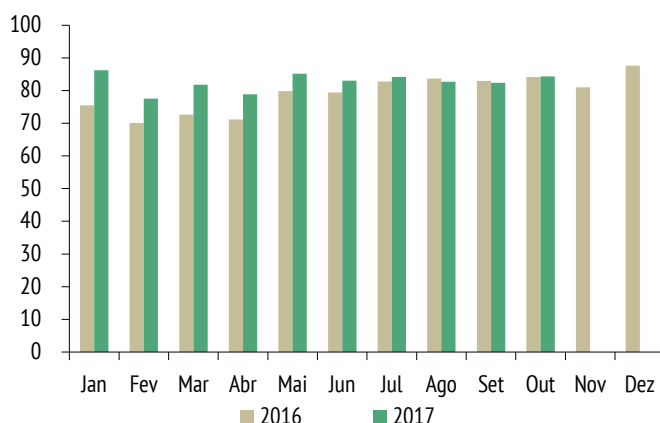
2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

A produção nacional de petróleo, no mês de outubro de 2017, foi de 84,3 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), volume equivalente produzido no mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, a produção foi 6% superior ao ano anterior.

O grau API (escala que mede a densidade dos líquidos derivados do petróleo) médio do petróleo produzido em outubro de 2017 foi de 26,9°, sendo que 36% da produção foi considerada óleo leve (maior ou igual a 31°API), 48,4% foi considerada óleo médio (entre 22°API e 31°API) e 15,6% foi considerado óleo pesado (menor que 22°API).

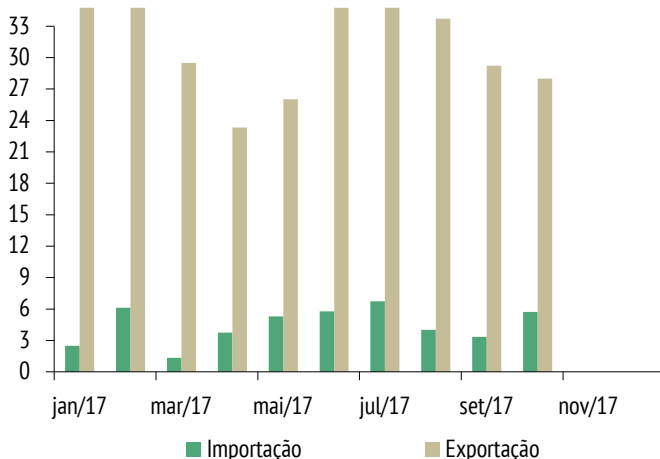
O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em outubro de 2017, foi de 55,7 milhões bep. Esse volume foi 1% superior ao observado em outubro de 2016. No acumulado do ano, o volume de processamento foi 7% inferior.

Produção Nacional de Petróleo
(milhões bep)



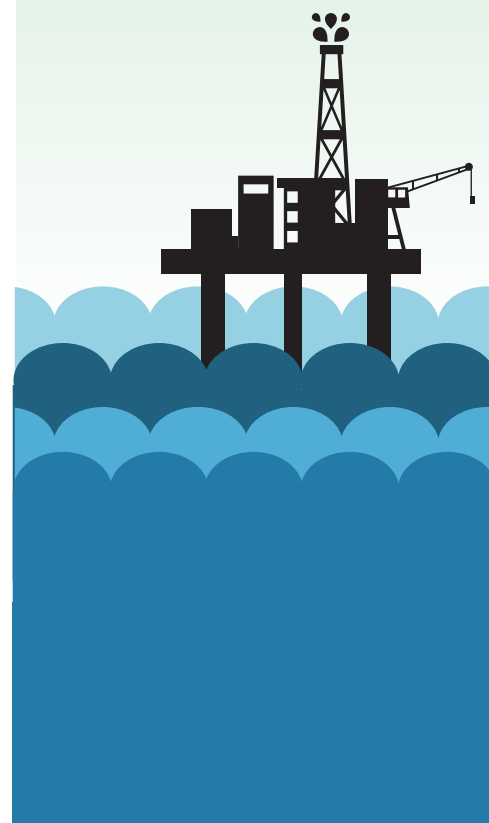
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação vs. Exportação de Petróleo
(milhões bep)

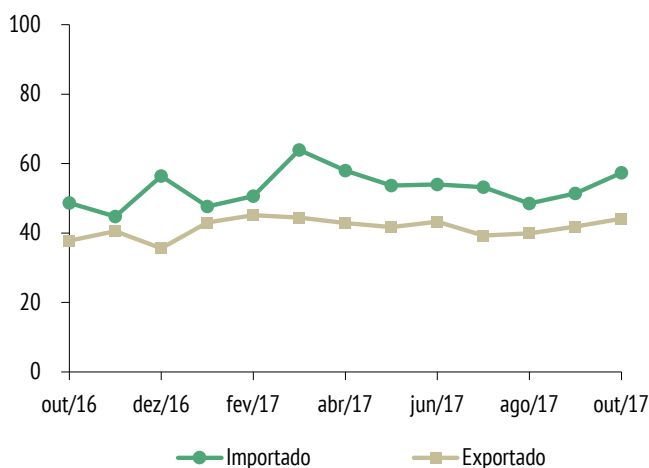


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

De acordo com a ANP, em outubro de 2017, cerca de 95% da produção de petróleo do Brasil foi extraída de campos marítimos.



**Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado
(US\$ FOB/barril)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

O volume de petróleo exportado pelo País, em outubro de 2017, foi de 27,9 milhões de bep, volume 4,7% inferior ao exportado em outubro de 2016. No acumulado do ano, o volume de petróleo exportado foi 32% superior ao observado no mesmo período de 2016.

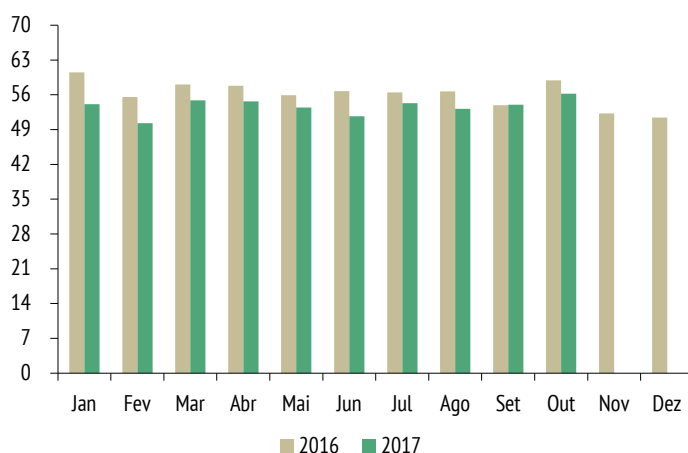
O preço médio do petróleo importado pelo País, em outubro de 2017, foi de US\$ 57,35/barril, valor 17,8% superior ao observado em outubro de 2016.

2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

Em outubro de 2017, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 56,2 milhões bep (1 bep equivale a 0,16 m³), volume 4,5% inferior ao produzido em outubro de 2016. No acumulado do ano, a produção nacional de derivados foi 6% inferior ao mesmo período do ano passado.

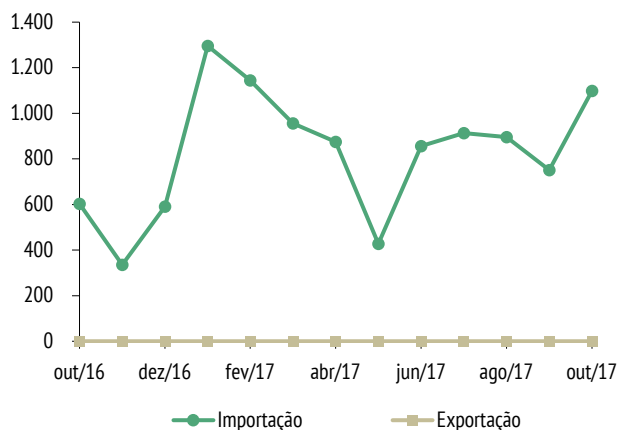
A importação de derivados de petróleo, em outubro de 2017 foi de 19,8 milhões bep, valor 62,5% superior ao registrado em outubro do ano anterior. No acumulado do ano, a importação observada foi 27,1% superior ao mesmo período do ano passado.

**Produção de Derivados de Petróleo
(milhões bep)**



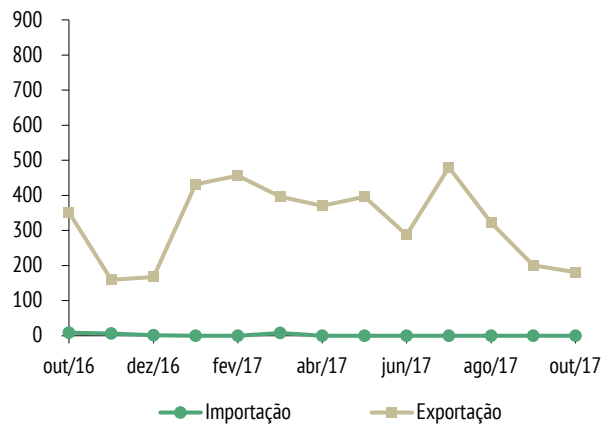
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Nafta
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

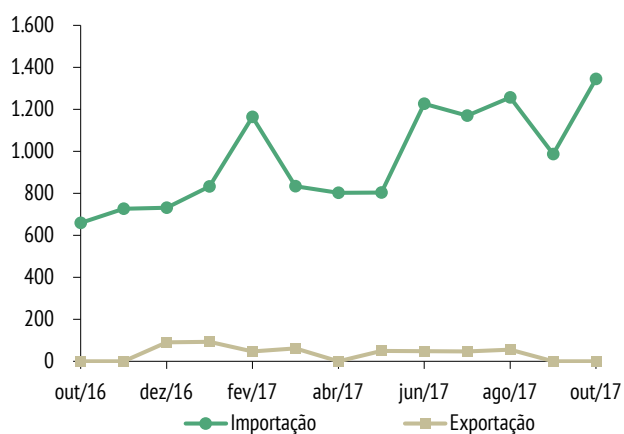
Importação e Exportação de Óleo Combustível
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

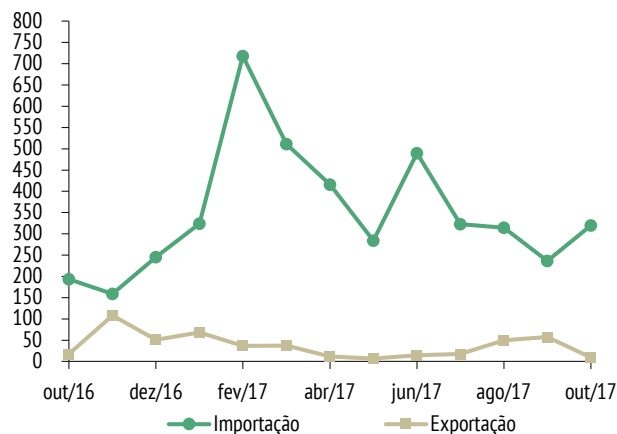
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em outubro de 2017, foi constatado um total de 4,9 milhões bep, o que representa um volume 18,7% inferior ao observado no mesmo mês de 2016. No acumulado do ano, a exportação foi 5,1% superior.

Importação e Exportação de Óleo Diesel
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Gasolina
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.3. Dependência Externa de Petróleo e Derivados (ANP).

Em outubro de 2017, o Brasil registrou uma dependência externa negativa de 10% na balança comercial de petróleo e derivados. A importação de petróleo e derivados foi 7 milhões bep inferior à exportação de petróleo e derivados frente a um consumo aparente de 77 milhões de bep. Em outubro de 2016, a dependência externa foi negativa em 28%. No acumulado do ano de 2017, foi observada uma dependência negativa de 30%.

Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)

	Outubro/2016	Jan-Out/2016	Outubro/2017	Jan-Out/2017
Produção de Petróleo (a)	84	782	84	826
Imp. Líq. de Petróleo (b)	-25	-202	-22	-297
Imp. Líq. de Derivados (c)	6	72	15	106
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	66	652	77	635
Dependência Externa (e)=(d-a)	-18	-130	-7	-192
Dependência Externa (e)/(d)	-28%	-20%	-10%	-30%

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.4. Balança Comercial de Petróleo e Derivados (ANP).

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em outubro de 2017, apresentou saldo negativo de US\$ 76 milhões FOB. Ou seja, o Brasil exportou US\$ 76 milhões FOB menos do que importou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo foi positivo de US\$ 476 milhões FOB. No acumulado do ano, a balança comercial de petróleo e derivados apresentou saldo positivo de US\$ 5.424 milhões FOB.

Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US\$ FOB)

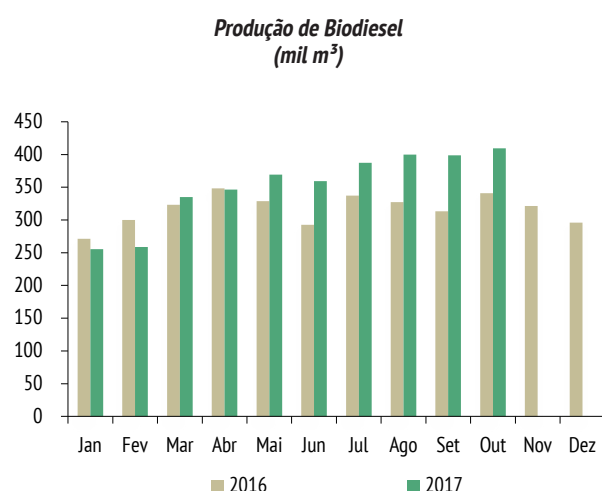
	Outubro/2016	Jan-Out/2016	Outubro/2017	Jan-Out/2017
Petróleo				
Receita com exportação (a)	1.110	8.223	1.235	14.573
Dispêndio com importação (b)	235	2.500	328	2.381
Balança Comercial (c)=(a-b)	876	5.722	906	12.192
Derivados				
Receita com exportação (d)	307	2.942	329	4.012
Dispêndio com importação (e)	706	6.963	1.312	10.779
Balança Comercial (f)=(d-e)	-400	-4.020	-982	-6.767
Petróleo e Derivados				
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	1.417	11.165	1.564	18.585
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	941	9.463	1.640	13.161
Balança Total (i)=(g)-(h)	476	1.702	-76	5.424

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

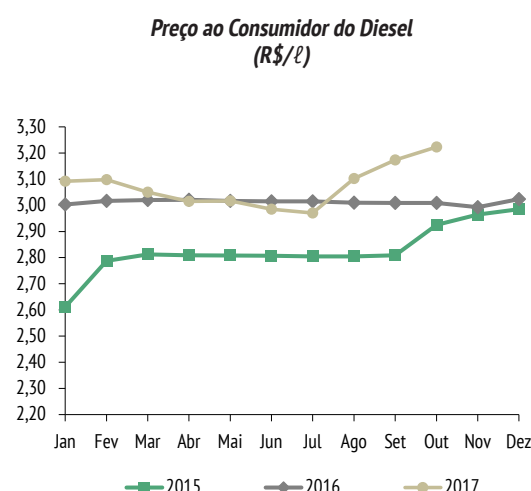
3. BIOCOMBUSTÍVEIS

3.1. Produção de Biodiesel (ANP)

A produção nacional de biodiesel, em outubro de 2017, foi de 409 mil m³, montante 20% superior ao produzido em outubro de 2016. No acumulado do ano, a produção de biodiesel foi 11% superior. O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em outubro de 2017, foi de R\$ 3,223/ℓ, valor 7,1% superior ao observado em outubro de 2016.



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

3.2. Álcool

3.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

A safra 2016/2017, já encerrada, produziu 27,8 milhões de m³ de álcool, volume 9% inferior ao produzido na safra 2015/2016. Já a produção de açúcar teve um aumento significativo de 16% em relação à safra anterior, totalizando 38,8 milhões de toneladas.

A nova safra 2017/2018 produziu, até o dia 31 de outubro de 2017, 23,5 milhões de m³ de álcool, sendo 13,8 milhões de m³ referentes à produção de álcool etílico hidratado (59%). Em relação ao mesmo período da safra 2016/2017, houve uma redução de 2% na produção de álcool hidratado. A produção total de álcool manteve o mesmo valor em relação ao mesmo período da safra anterior.

A produção de açúcar se manteve em crescimento em relação ao mês anterior, até 31 de outubro, produziu-se 33,3 milhões de toneladas de açúcar, volume 2% superior ao observado no mesmo período da safra 2016/2017.

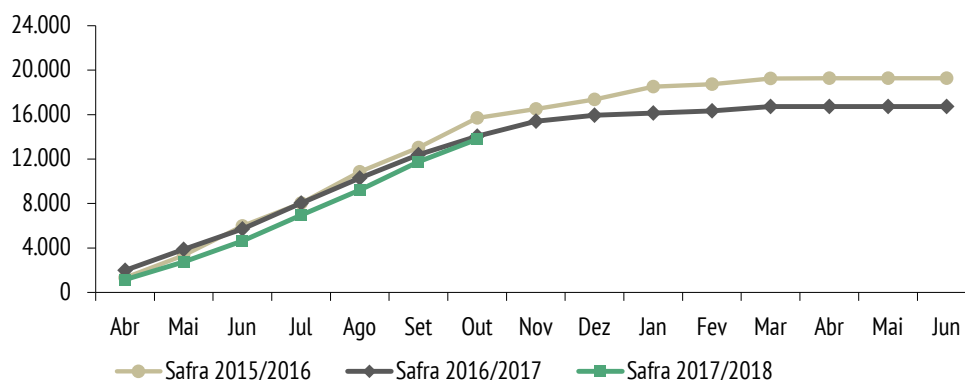
As safras se iniciam em abril e se encerram em junho do ano posterior. Assim, durante 3 meses se observam duas safras paralelas nos diferentes estados brasileiros.

Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2016/2017 (até 30 de outubro de 2016)	Safra 2017/2018 (até 30 de outubro de 2017)	Variação (%)
Álcool Anidro (mil m ³)	9.508	9.718	2
Álcool Hidratado (mil m ³)	14.064	13.792	-2
Total Álcool (mil m³)	23.572	23.510	0
Açúcar (mil ton)	32.771	33.347	2

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

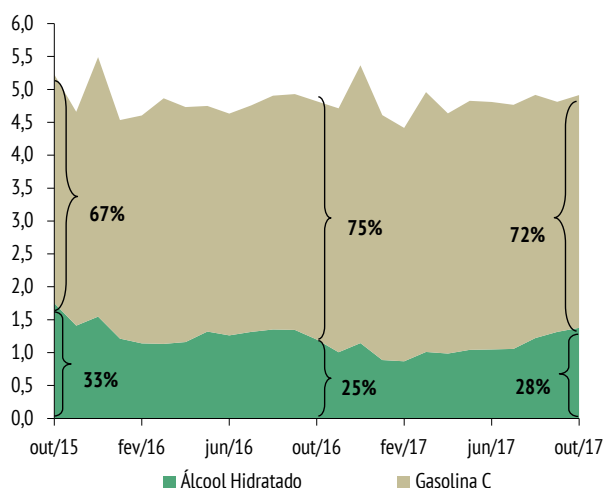
3.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

As vendas de álcool etílico hidratado foram de 1,4 milhões m³ em outubro de 2017. Esse número representa um aumento de 15% em relação ao volume vendido em outubro do ano anterior.

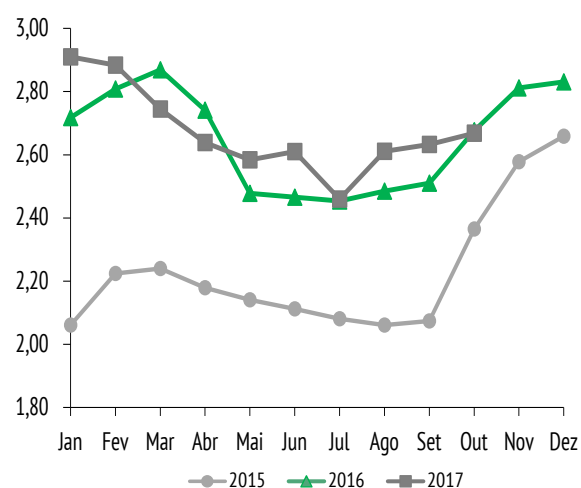
As vendas de álcool etílico hidratado representaram 28% do universo de vendas do álcool e da gasolina em outubro de 2017. Essa participação foi 3% superior ao observado em outubro de 2016.

Em outubro de 2017, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 2,668/ℓ, valor equivalente ao registrado no mesmo período de 2016.

Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C¹
(milhão m³)



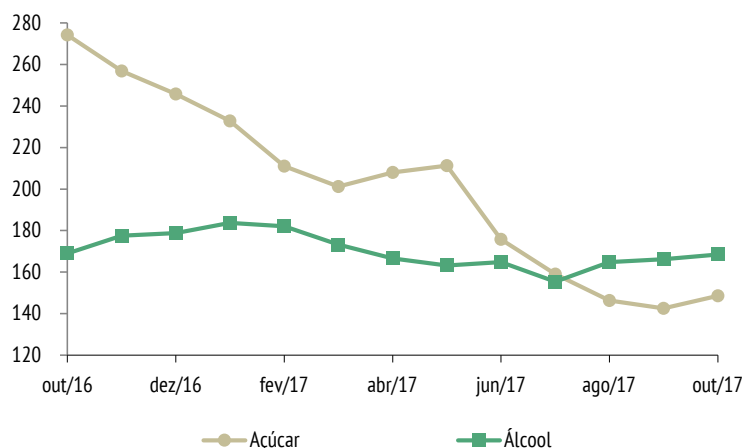
Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado (R\$/ℓ)



¹Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Índice de Preço do Açúcar* e do Alcool Etílico Hidratado
(JAN/07 = 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.

* Foi considerado o preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, no 1º dia útil de cada mês, divulgado pela ESALQ/USP.

4. GÁS NATURAL

4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

A produção nacional diária média de gás natural, em outubro de 2017, foi de 114,6 milhões m³, representando um aumento de 6% comparado à média verificada em outubro de 2016.

A importação de gás natural realizada pelo País, em outubro de 2017, foi de 39,7 milhões m³/dia. A oferta total líquida desse energético, descontando o gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção, naquele mês, foi de 109,5 milhões m³/dia. Este montante é 17% superior ao observado em outubro de 2016.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 39% em outubro de 2017. Em outubro de 2016, essa proporção havia sido de 44%.

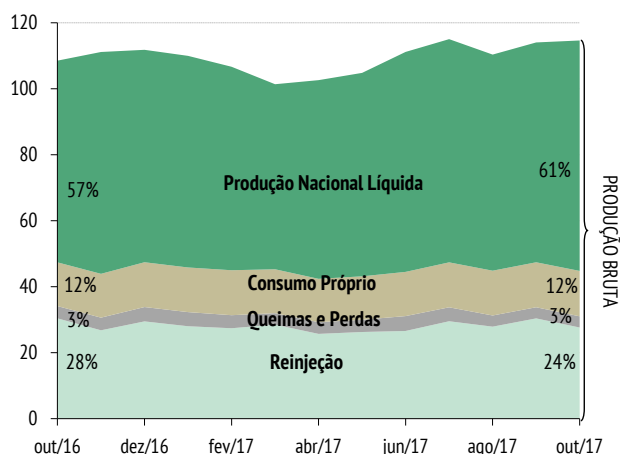
Balanço do Gás Natural no Brasil (mil m³/dia)

	Média em Outubro/2016	Média do período Jan-Out/2016	Média em Outubro/2017	Média do período Jan-Out/2017	Varição (%)
Produção Nacional¹	108.493	102.275	114.604	109.037	6%
- Reinjeção	30.384	30.766	27.611	27.774	-9%
- Queimas e Perdas	3.724	4.065	3.392	3.786	-9%
- Consumo Próprio	13.248	12.826	13.761	13.475	4%
= Produção Nac. Líquida	61.137	54.619	69.840	64.002	14%
+ Importação	32.687	38.704	39.668	28.815	21%
= Oferta	93.824	93.323	109.508	92.817	17%

¹ Não inclui Gás Natural Liquefeito.

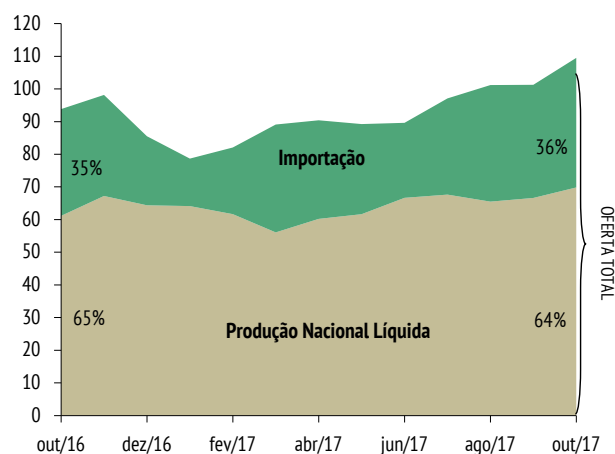
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Produção Nacional Bruta de Gás Natural
(milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Oferta Total de Gás Natural
(milhão m³/dia)



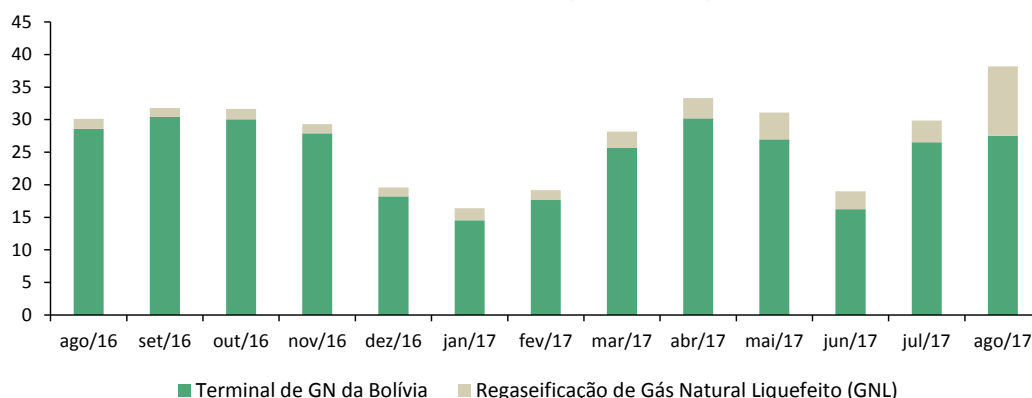
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

4.2. Importação Média de Gás Natural (MME)

A importação média de Gás Natural da Bolívia, em agosto de 2017, foi de 27,5 milhões de m³/dia, volume 4% inferior ao observado no mesmo mês de 2016.

Em agosto de 2017, a importação média de Gás Natural Liquefeito (GNL) totalizou 10,6 milhões m³/dia, volume 586% superior ao montante observado em agosto do ano anterior.

Importação de Gás Natural (milhões m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia.

4.3. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

O consumo de gás natural no país em setembro de 2017 foi, em média, cerca de 74,8 milhões de m³/dia. Essa média é 20% superior ao volume médio diário consumido em setembro de 2016.

O setor industrial, em setembro de 2017, consumiu cerca de 27,8 milhões de m³/dia de gás natural, volume 5% superior ao apresentado no mesmo mês do ano anterior.

Consumo de Gás Natural por Segmento

	Médio (mil m ³ /dia)		Variação %	
	Setembro/2016	Setembro/2017	Set-2017/Set-2016	Acumulado no Ano
Industrial	26.380	27.790	5	3
Automotivo	5.061	5.508	9	8
Residencial	1.274	1.363	7	8
Comercial	854	814	-5	-7
Geração Elétrica	20.085	34.690	73	25
Co-geração*	2.409	2.684	11	8
Outros	6.926	1.951	-72	-57
Total	62.989	74.801	20	4

Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.

*O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

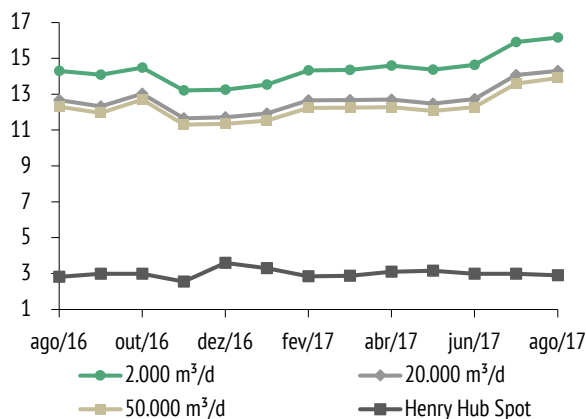
O setor industrial foi responsável por 37% do consumo de gás natural em setembro de 2017. A geração elétrica foi o maior setor em consumo, responsável por 46% do volume total de gás consumido no mesmo mês.

4.4. Preço do Gás Natural (MME)

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em agosto de 2017, foi de US\$ 14,8/MMBTU, valor 13% superior ao observado em agosto de 2016 (US\$ 13,1/MMBTU). Esse valor inclui impostos e custos de transporte.

Em agosto de 2017, o preço médio do gás natural no mercado spot Henry Hub foi de US\$ 2,9/MMBTU, valor 3% superior ao apresentado em agosto de 2016 (US\$ 2,82/MMBTU). Esse preço não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor e é estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega do dia seguinte.

Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial¹ e do Mercado Spot Henry Hub² (US\$/MMBTU)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).

¹ Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.

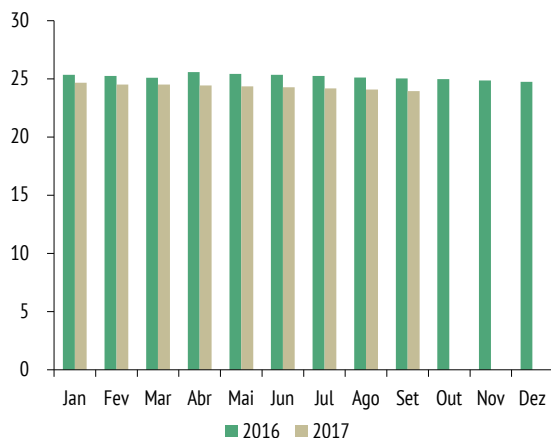
² Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.

5. TELECOMUNICAÇÕES

5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa (ANATEL)

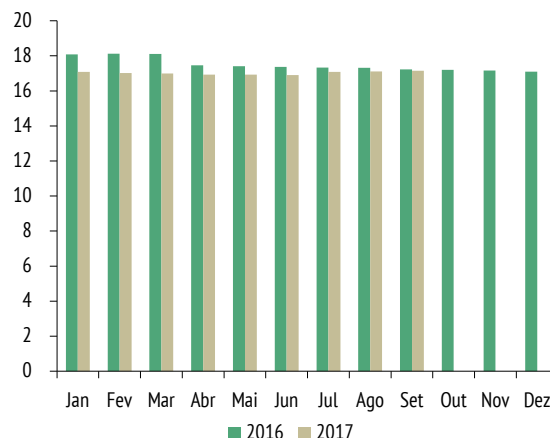
Os acessos fixos instalados são o conjunto formado pelo número total de acessos em serviço, inclusive os destinados ao uso coletivo, mais os acessos que, embora não ativados, disponham de todas as facilidades necessárias à entrada em serviço. O total de acessos fixos instalados em setembro de 2017 foi de 17,2 milhões e tiveram uma queda de 1% em relação ao registrado em setembro de 2016. O total de acesso fixos em serviço reduziu para 23,9 milhões em setembro de 2017, valor 4% inferior ao registrado em setembro de 2016.

Acessos Fixos Em Serviço (milhões)



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

Acessos Fixos Instalados (milhões)

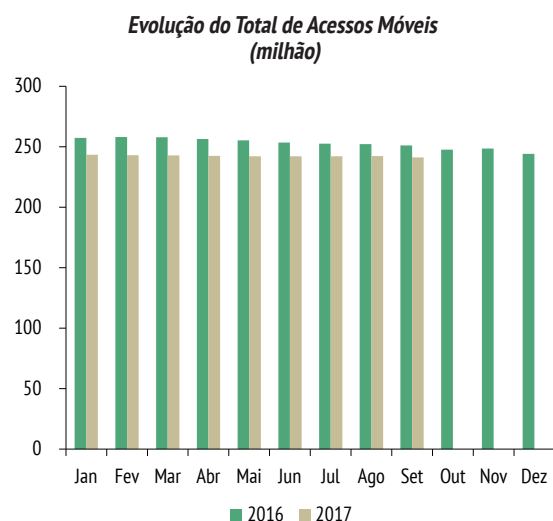


Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

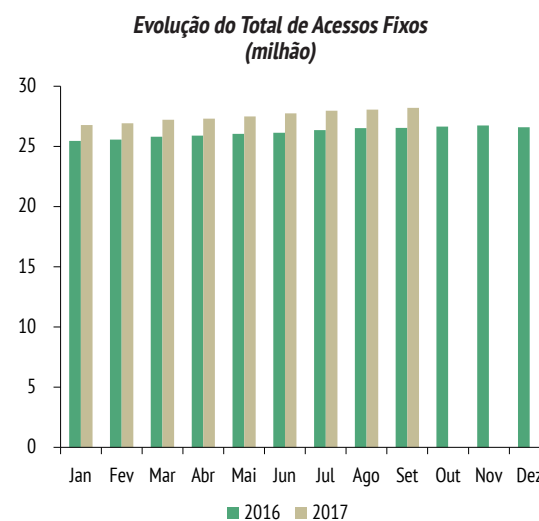
5.2. Serviços Contratados Ativos de Internet Móvel e Fixa (ANATEL)

O número total de acessos via telefonia móvel em setembro de 2017 foi de 241,1 milhões, montante 4% inferior ao observado no mesmo período de 2016.

Os acessos totais de internet fixa tiveram um crescimento de 6% se compararmos com os valores de setembro de 2016. Em setembro de 2017 tivemos aproximadamente 28,2 milhões de acessos fixos enquanto que no mesmo período do ano anterior esse valor foi de 26,5 milhões.



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

6. TRANSPORTES

6.1. Portos Selecionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

Em outubro de 2017, a movimentação de granel sólido nos portos públicos e nos terminais de uso privativo (TUPs) apresentou um aumento de 16% em relação a outubro de 2016. A movimentação de granel líquido foi 7% superior ao movimentado no mesmo mês do ano anterior, enquanto a carga geral apresentou uma queda de 26%.

Os TUPs representaram 67% da movimentação total de carga nos portos e terminais em outubro de 2017. A movimentação total nos TUPs foi de 62.777 mil toneladas, volume 10% superior ao observado em outubro de 2016. Os portos públicos movimentaram 30.975 mil toneladas, volume 20% superior em comparação com mesmo mês do ano anterior.

A quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados e terminais privados do País, em outubro de 2017, foi de 855 mil TEUs (twenty-foot equivalent unit), volume 14% superior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Movimentação Total de Cargas – por natureza* (mil t)

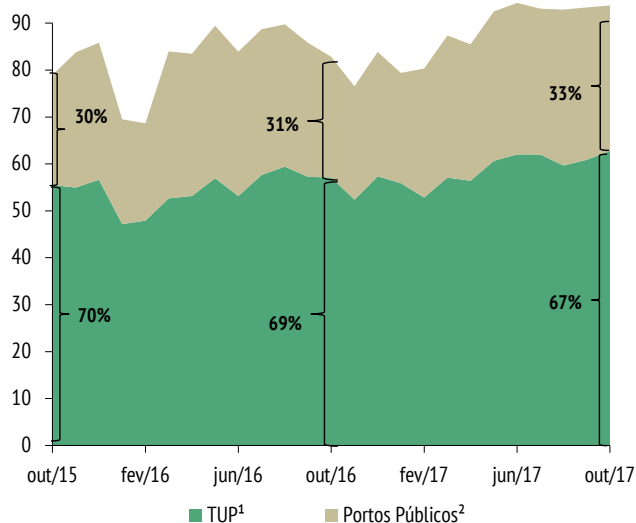
	Período		Variação %
	Out/2016	Out/2017	Out-2017 / Out-2016
Granel Sólido (a)	50.524	58.597	16%
Portos Públicos	14.106	16.892	20%
TUPs	36.419	41.705	15%
Granel Líquido (b)	18.758	19.995	7%
Portos Públicos	4.456	5.347	20%
TUPs	14.303	14.648	2%
Carga Geral Solta (c)	13.548	10.041	-26%
Portos Públicos	7.166	7.304	2%
TUPs	6.382	2.736	-57%
Total (a+b+c)	82.830	93.753	13%
Portos Públicos	25.727	30.975	20%
TUPs	57.103	62.777	10%

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

* Terminais de uso privativo (114 instalações).

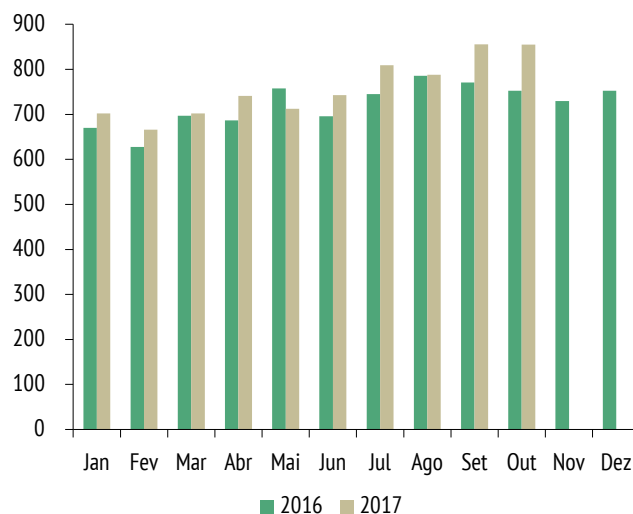
Portos públicos (33 instalações).

**Movimentação Total de Cargas
(milhões t)**



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.
*Terminais de uso privativo (114 instalações).
Portos públicos (33 instalações).

**Movimentação Total de Contêineres*
(mil TEUs)**



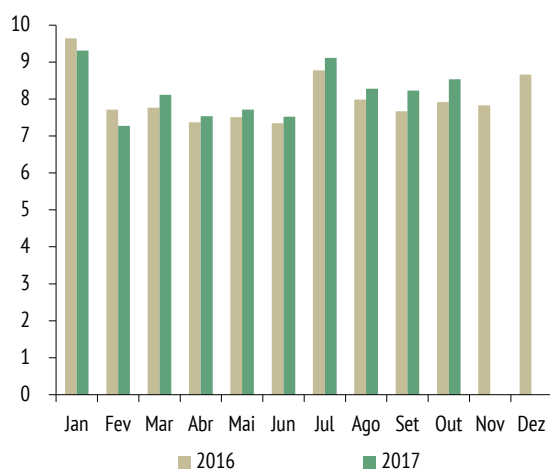
Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.
*Terminais de uso privativo (114 instalações).
Portos públicos (33 instalações).

6.2. Transporte Aéreo (ANAC)

A movimentação de passageiros pagos em outubro de 2017, somando mercado nacional e internacional, foi de 8,5 milhões de passageiros, valor 7,9% inferior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. Os passageiros nacionais representam 92% da movimentação total de outubro de 2017.

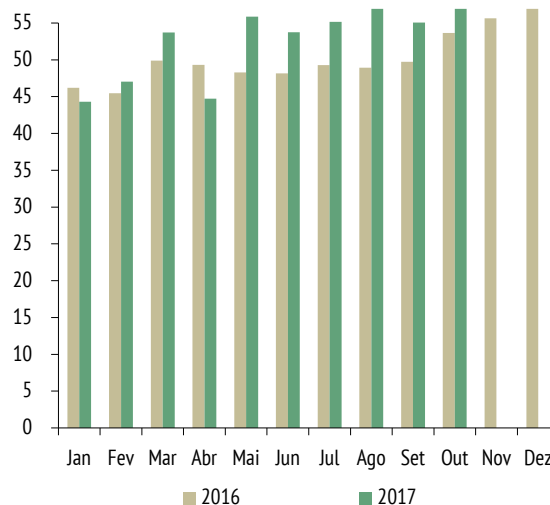
A movimentação de carga aérea total no País em outubro de 2017, somando mercado nacional e internacional, foi de 59,7 mil toneladas, montante 6,4% inferior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. A carga doméstica respondeu por 63% do total de cargas movimentado no período.

**Movimentação mensal de Passageiros
(milhões)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANAC.

**Movimentação mensal de Cargas
(mil toneladas)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANAC.

6.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, em outubro de 2017, foi de 48,9 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 14% superior ao observado no mesmo período de 2016. A movimentação de soja e farelo de soja foi a que apresentou maior crescimento na movimentação de mercadorias transportadas por ferrovias (92%) enquanto que adubos e fertilizantes apresentou maior retração (-32%). O minério de ferro correspondeu a 77% do total movimentado em outubro de 2017.

Movimentação de Mercadoria nas Ferrovias

Ano	2016	2017	Variação (%)
Mercadoria	Outubro (mil TU)	Outubro (mil TU)	Out-17 / Out-16
Minério de Ferro	34.670	37.674	9
Soja e Farelo de Soja	2.550	4.846	90
Indústria Siderúrgica	1.271	1.407	11
Carvão/Coque	561	1.079	92
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Álcool	927	929	0
Produção Agrícola (exceto soja)	782	832	6
Graneis Minerais	607	651	7
Extração Vegetal e Celulose	530	569	8
Contêiner	305	321	5
Adubos e Fertilizantes	450	304	-32
Cimento	235	237	1
Indústria Cimenteira e Construção Civil	151	139	-8
Carga Geral - Não Containerizada	4	5	18
Total	43.044	48.995	14

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT.

6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em outubro de 2017, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 72,8 milhões de toneladas, volume 25% superior ao averiguado em outubro de 2016. As exportações totalizaram 60,9 milhões de toneladas, 66% do total.

Movimentação Total (exportação e importação) por modo

Modo	mil t		Variação (%)	
	Out/2016	Out/2017	Out-2017 / Out-2016	Acumulado do ano
Marítimo	54.668	69.646	27	8
Fluvial	1.466	1.160	-21	-4
Aéreo	81	116	42	9
Ferroviário	30	17	-43	-32
Rodoviário	1.194	1.011	-15	-6
Outros*	837	829	-1	-23
Total	58.277	72.779	25	7

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

*Linha de transmissão, tudo-conduto, postal, próprio, lacustre.

7. INVESTIMENTOS PRIVADOS EM INFRAESTRUTURA

7.1. Desembolsos do BNDES

Em outubro de 2017, o desembolso total realizado pelo BNDES na área de infraestrutura (refino e álcool, energia elétrica e gás natural, saneamento, telecomunicações e transporte) foi de R\$ 1,5 bilhões, valor 17% inferior ao aportado em outubro de 2016.

Ao longo de 2017, o BNDES desembolsou R\$ 17,9 bilhões em infraestrutura, volume 18% inferior ao desembolsado em 2016 (R\$ 21,7 bilhões). O setor com maior queda foi o de refino e álcool com queda no investimento de 94%.

Desembolso mensal BNDES

Setor	Outubro/2016 R\$ milhão	Outubro/2017 R\$ milhão	Variação (%)	Participação (%)
Refino e Álcool	74	5	-94	0
Energia Elétrica e Gás Natural	810	882	9	57
Saneamento	175	17	-90	1
Telecomunicações	50	8	-84	1
Transporte	762	633	-17	41
Aéreo	0	34	29.130	-
Aquaviário	96	69	-28	4
Terrestre	665	531	-20	34
Total Infraestrutura	1.871	1.544	-17	100

Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES.

8. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA UNIÃO (SIAFI)

8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada registrada no SIAFI para o Orçamento da União de 2017 é de, aproximadamente, R\$ 3,4 trilhões. Deste valor, aproximadamente R\$ 56,7 bilhões corresponderam à alínea “investimentos”, o que representa 1,7% do orçamento total de 2017.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o maior orçamento de investimentos, em valor absoluto, R\$ 12,1 bilhões o que representa 21,3% da dotação total do órgão.

Do orçamento de investimentos da União para 2017, foram empenhados R\$ 30,6 bilhões, cerca de 54% da dotação autorizada até novembro. No mesmo período foram liquidados R\$ 12,3 bilhões. Foram pagos do orçamento aproximadamente R\$ 11,3 bilhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 27,3 bilhões.

8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabelas I e II)

Do montante de R\$ 12,1 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2017, foram empenhados, até novembro, cerca de R\$ 7,9 bilhões (66% da dotação autorizada) e liquidados R\$ 4,6 bilhões. Até novembro de 2017, foram pagos do orçamento cerca R\$ 4,1 bilhão. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, somam R\$ 7,4 bilhões.

Cerca de 78% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R\$ 9,4 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R\$ 882 milhões, ou 7%), portuário (R\$ 586 milhões), aeroportuário (R\$ 525 milhões), hidroviário (R\$ 211 milhões) e outros (R\$ 457 milhões).

8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2017, cerca de R\$ 307 milhões em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R\$ 4,5 bilhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R\$ 7,6 bilhões inscritos, enquanto a União tem R\$ 56,3 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2017.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 44% foram pagos em 2017 (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos correspondem a 27% do total de restos a pagar inscritos.

9. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DAS ESTATAIS (MPOG) (TABELA IV)

Até o 5º bimestre de 2017, as empresas estatais e agências de fomento apresentaram dotação autorizada para investimentos no valor de R\$ 91,5 bilhões. Foram executados, até novembro, investimentos no valor de R\$ 37,8 bilhões, equivalente a 41% da dotação autorizada. Esse valor foi 13% inferior ao desembolsado em 2016.

Em relação às Estatais vinculadas ao Ministério de Minas e Energia, a dotação de investimentos para 2017 foi de, aproximadamente, R\$ 81,9 bilhões. As despesas totais realizadas, de janeiro a novembro de 2017, foram de cerca de R\$ 35,1 bilhões, o que representa uma execução de 43% do autorizado e 93% do total executado pelas Estatais.

Entre as empresas estatais, o Grupo Petrobras concentrou 61% da dotação autorizada para as Estatais em 2017 e respondeu por 65% da despesa realizada até novembro de 2017 num total de R\$ 24,4 bilhões (execução de 44% de sua dotação).

ANEXOS

Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2017
Investimentos - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 30/11/2017*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	610	204	33	24	4	21	3	194	215	438
MAPA	1.009	554	55	51	5	6	1	267	273	572
MCTI	1.012	287	28	194	19	125	12	202	327	390
MDIC	113	16	14	4	3	4	3	14	18	216
MME	71	17	23	6	9	6	9	19	25	15
M. Transportes	12.078	7.962	66	4.637	38	4.118	34	3.306	7.423	4.276
M. Comunicações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MMA	194	29	15	14	7	13	7	41	54	40
MDA	0	0	0	0	0	0	0	4	4	0
M. Defesa	9.864	6.995	71	3.367	34	3.207	33	2.104	5.311	1.276
M. Int. Nacional	5.332	2.444	46	742	14	730	14	1.323	2.053	3.371
M. das Cidades	6.132	2.973	48	900	15	900	15	1.572	2.471	10.313
Outros**	20.270	9.075	45	2.351	12	2.191	11	6.888	9.079	21.487
Total	56.684	30.556	54	12.290	22	11.320	20	15.934	27.254	42.395

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

** Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social.

Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes - OGU 2017
Investimentos - Por Modalidade

Valores em final de período - atualizados até 30/11/2017*

R\$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Aeroportuário	525	90	17	7	1	7	1	13	20	129
Ferroviário	882	546	62	271	31	265	30	234	499	300
Hidroviário	211	107	51	53	25	39	19	30	69	185
Portuário	586	225	38	1	0	1	0	167	168	431
Rodoviário	9.418	6.657	71	4.142	44	3.653	39	2.671	6.324	3.013
Outros	457	338	74	163	36	152	33	192	344	217
Total	12.078	7.962	66	4.637	38	4.118	34	3.306	7.423	4.276

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.



Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2017

Restos a Pagar Processados

Valores em final de período - atualizados até 30/11/2017* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	307	1	226	81
União	4.500	239	1.281	2.981

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Restos a Pagar Não-processados

Valores em final de período - atualizados até 30/11/2017* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	7.572	297	3.080	4.195
União	56.297	2.229	14.653	39.415

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

**Tabela IV - Orçamento de Investimentos – 2017
Estatais e Agências de Fomento**

R\$ milhão

Por órgão	Dotação	Despesa realizada até 5º bim.
Ministério de Minas e Energia	81.963	35.058
Ministério dos Transportes ¹	1.640	522
Ministério das Comunicações ²	1.487	436
Outros	6.413	1.792
Total	91.503	37.809

¹ Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

² Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

R\$ milhão

Por subfunção	Dotação	Despesa realizada até 5º bim.
Produção Industrial	108	59
Energia Elétrica	9.373	2.555
Combustíveis Minerais	63.597	28.415
Transporte Aéreo	973	400
Transporte Hidroviário	2.142	1.151
Transportes Especiais	5.469	2.495

R\$ milhão

Por função	Dotação	Despesa realizada até 5º bim.
Indústria	67	16
Comunicações	1.405	435
Energia	81.929	35.049
Transporte	1.664	524

Fonte: Portaria nº 17/2017 da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais.

R\$ milhão

Por unidade	Dotação	Despesa realizada até 5º bim.
Grupo Eletrobrás	30	1
Grupo Petrobras	55.508	24.444
Cias DOCAS	656	121
Infraero	984	401